

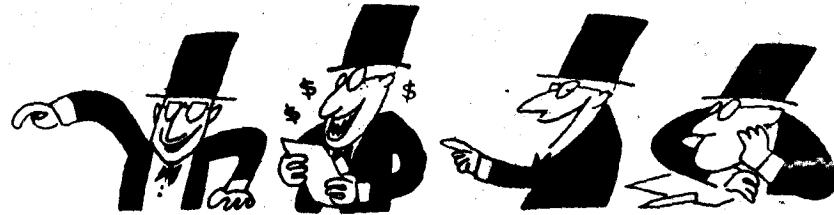
**SAN JOSÉ** — "O relax é geral", foi o que disse ontem o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, após ter conversado com banqueiros europeus, japoneses e norte-americanos mostrando o programa de estabilização econômica que o Governo brasileiro adotou em 28 de fevereiro.

A tranquilidade dos banqueiros em relação ao desempenho econômico do Brasil, segundo Bracher, é tão grande que ele acredita na possibilidade de alguns bancos concederem empréstimos voluntários ao Brasil ainda este ano, mesmo que seja na forma de co-financiamento.

Os encontros de Bracher com representantes de bancos credores têm sido realizados paralelamente às reuniões do Comitê da Assembleia dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, tem acompanhado Bracher nestes encontros. Amanhã os banqueiros receberão novas explicações do Plano de Estabilidade Econômica do Ministro do Planejamento, João Sayad.

Pádua Seixas disse que muitos bancos já remeteram telex ao Comitê de Assessoramento da dívida externa brasileira junto aos bancos credores, aderindo ao acordo para a renegociação do principal da dívida



externa que venceu em 85 e 86. O Governo brasileiro pediu aos bancos que expedissem o seu telex até 15 de abril mas o prazo fatal, contudo, só termina em 15 de agosto.

Na minuta do acordo apresentado aos bancos, Pádua Seixas explicou que o Banco Central não propôs qualquer alternativa para resolver os problemas que alguns bancos enfrentam, com relação às operações feitas através da Resolução 63 (que permitia a um banco estrangeiro conceder financiamentos a empresas brasileiras por intermédio de um outro banco sediado no Brasil), com o Comind e o Auxiliar, ambos em liquidação extrajudicial.

Segundo ele, a única participação do Banco Central para resolver o problema foi autorizar os advogados do Comind e Auxiliar a levarem aos seus credores a seguinte proposta, sugerida pelos próprios bancos liquidados: transformar a liquidação de extrajudicial em ordinária; os débitos corrigidos até a data da liquidação — 19 de novembro —, que correspondem a 60 por cento do total, seriam pagos integralmente, e os 40 por cento restantes que os credores têm a receber, correspondentes a

correção monetária destes ativos até 28 de fevereiro, seriam pagos com ações de uma empresa que seria constituída com estes fundos.

Caso consiga concluir o acordo para a rolagem dos débitos que venceram ano passado e este ano, Pádua Seixas estima que o Brasil poderá obter uma economia de US\$ 170 milhões com o pagamento de juros da dívida externa. Essa economia se deve basicamente à redução em dois por cento do volume de juros pagos, através da substituição da prime rate (taxa de juros preferenciais dos Estados Unidos) pela libor (taxa interbancária de Londres), e com a redução do spread (taxa de risco) para 1,125 por cento.

No fim do ano, Pádua Seixas acredita que o Brasil possa iniciar as conversações para uma negociação global da dívida, que abrangerá, conforme suas expectativas, os débitos vencidos em 85 e 86 (já negociados) e os que vencerão até 1990. O que vencer a partir daí será pago, explica ele. A negociação global será feita por um período médio de 15 a 20 anos, dependendo, segundo Seixas, do perfil do balanço de pagamentos projetado para esse período.